

Governo avalia uso da TJLP para os contratos

*Mudança a partir de julho
incluiria também
saldo devedor e prestação
da casa própria*

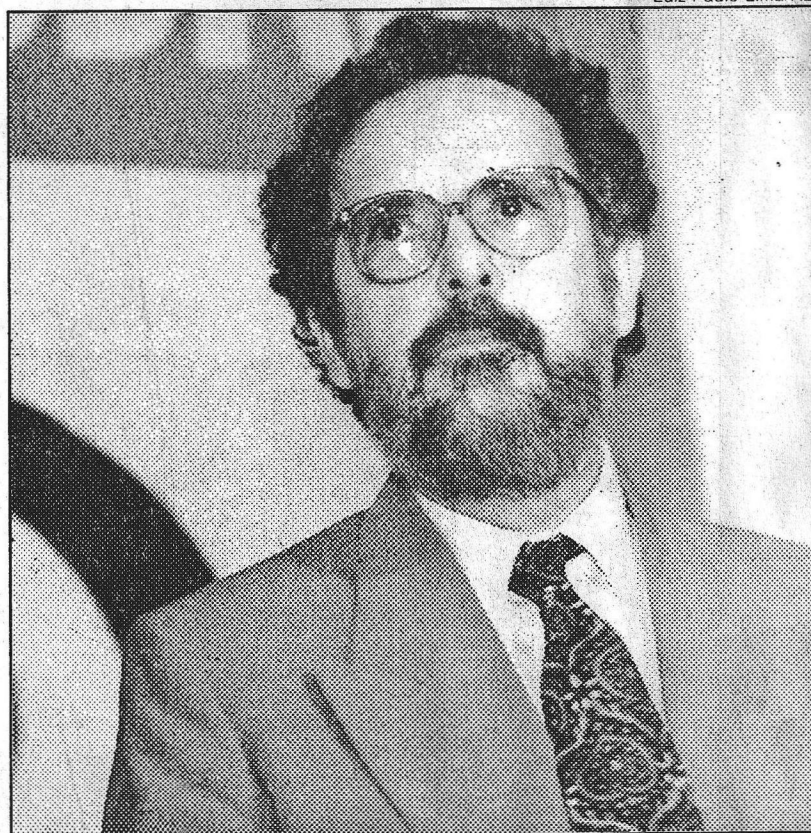
RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — A proposta de desindexação da economia, em discussão pela área econômica do governo, prevê que o saldo devedor e as prestações da casa própria, que não são regidas pela equivalência salarial, serão corrigidas pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e não mais pela Taxa Referencial (TR). A tendência do governo é utilizar a TJLP para todos os contratos com prazo superior a um ano realizados com poupança compulsória, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ou com recursos da caderneta de poupança. Atualmente, apenas os recursos do PIS/Pasep são atualizados pela TJLP.

A idéia de acabar com a TR como referência dos juros já é consenso na equipe econômica, conforme antecipou o *Estado* domingo passado. Em seu lugar, o governo espera que o mercado trabalhe com taxas prefixadas em contratos com prazo inferior a um ano. Algo parecido com a libor — a taxa preferencial do mercado londrino. Tudo isso, sem intervenção oficial.

Os integrantes da equipe esperam que, no curto prazo, a intervenção do governo no mercado financeiro se restrinja à fixação da taxa de desconto de liquidez do Banco Central.

Os contratos com prazo superior a um ano poderão, segundo a proposta em estudo, conter cláusula de correção monetária. Neste caso, uma das idéias é deixar que as partes acertem livremente o indexador que será utilizado. Mas os empréstimos feitos com os recursos da pou-



Luiz Paulo Lima/AE

Paulo Paiva: trabalhadores informais foram mais beneficiados

**TR DEVE
ACABAR
COMO
INDEXADOR**

pança compulsória — FGTS e PIS/Pasep — e os saldos dos empréstimos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) seriam corrigidos pela TJLP.

As novas regras da economia, que valerão a partir de

primeiro de julho, serão definidas pelo governo por uma medida provisória editada até o final do mês.

Para os salários, a equipe quer a livre negociação entre patrões e empregados. A área técnica não aceita uma fórmula de correção automática para os trabalhadores sem organização sindical, como querem os líderes políticos governistas. "A melhor proteção para esses trabalhadores é a estabilidade da moeda", diz um importante assessor do governo. Para defender essa tese, o mi-

nistro do Trabalho, Paulo Paiva, costuma dizer que os maiores beneficiados com o Plano Real foram os trabalhadores da chamada economia informal, que não possuem sequer carteira assinada.

A briga agora se concentra no resíduo da inflação — do período entre o último reajuste e o dia 30 de junho, que não foi repassada aos salários. Uma corrente acha que esse resíduo deveria ser concedido na próxima data base de cada categoria. Outra corrente entende que mesmo esse resíduo deveria ser negociado e, outra, que deveria ser garantido apenas uma parte dele.

A vitória do governo no primeiro enfrentamento com a CUT fortaleceu os defensores da desindexação imediata. A greve dos trabalhadores da Petrobrás foi o teste decisivo. Os técnicos acham que a derrota dos petroleiros vai dificultar futuras mobilizações sindicais.